



Seu País

O resto do iceberg

LAVA JATO Em busca do dinheiro desviado, a força-tarefa investiga bancos estrangeiros utilizados para abertura de empresas offshore

POR FABIO SERAPIÃO

O ANO NEM BEM começou e as caras bancas advocatícias atuantes nos processos relacionados à Lava Jato mostram-se dispostas a espalhar nos meios de comunicação notícias sobre como pretendem evitar que a investigação continue a fazer estragos na classe política e na nata do empresariado brasileiro. Mais do que testar a recepção de suas teses de defesa entre integrantes das cortes judiciais, os advogados visam com a publicidade articular uma defesa única capaz de pôr fim ao trabalho dos procuradores, delegados e do juiz Sergio Moro. O objetivo principal é evitar que o mapeamento do caminho percorrido pelo dinheiro desviado dos órgãos públicos resulte na descoberta de todos os operadores escalados para intermediar as falcatruas e alcance os canais financeiros utilizados para lavar o numerário em benefício dos agentes políticos e empresários envolvidos na trama.

Ao observar o material armazenado nos procedimentos sob a tutela de Moro é possível inferir que o resultado dessa busca pode ir muito além do cartel de empreiteiras. As quebras de sigilo e delações premiadas prometem revelar um sistema financeiro clandestino responsável por escoar o dinheiro fruto da corrupção, sonegação e demais crimes praticados pelo empresariado e classe polí-

tica brasileira nas últimas décadas. Às margens desse caminho deverão aparecer figurões da nossa elite sempre disposta a mover os céus para fugir do rigor da lei. São banqueiros, empresários, políticos e operadores tidos como imunes às investidas da lei e que agora podem sucumbir ao trabalho da força-tarefa sediada em Curitiba.

Ao seguir o cheiro do dinheiro, ainda nas primeiras fases da investigação, a força-tarefa deparou-se com as empresas ligadas a Alberto Youssef e registradas em nome de laranjas. Entre elas, a MO Consultoria, a GDF Investimentos, CSA Project, RCI Software, Empreiteira Rigidez, Marsans Turismo, Expandir Parti-

cipações e Graça Aranha Participações. A partir da quebra dos sigilos bancários dos alvos foi possível mapear a movimentação financeira entre elas e as empreiteiras denunciadas como parte de um cartel a ratear as bilionárias licitações da Petrobras. Uma das principais empresas utilizadas nesse esquema era a GDF Investimentos. Localizada no bairro do Itaim Bibi, na capital paulista, a sede da empresa era o bunker do doleiro de onde ele ordenava as ações de seus aliados de crime.

Em busca e apreensão realizada na empresa, os policiais encontraram pela primeira vez os rastros de um personagem que deverá se tornar conhecido ao longo de 2015. Enquanto buscavam documentos relacionados a Youssef, a PF descobriu que João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado era funcionário do doleiro. Integrante de uma das mais tradicionais famílias paulistas, Almeida Prado tem potencial para levar a Lava Jato para muito além dos contratos da Petrobras e guiar os investigadores no caminho de uma estrutura financeira ilegal utilizada pelos principais empresários do País. Entre outras qualidades, aponta a PF, Almeida Prado é conchudado do vice-presidente da Camargo Corrêa, João Ricardo Auler. Não bastasse, sua centenária árvore genealógica tem como base a cidade paulista de Jaú, terra natal de Sebastião Camargo, patriarca da família dona da empreiteira. A

Os investigadores encontraram as portas para o submundo das finanças

JOEDSON ALVES/ESTADÃO CONTEÚDO, GLAUCIO DETTMAR E FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Itamaraty. Mauro Veira, novo chanceler, entra para apaziguar os ânimos

O CAMINHO DO DINHEIRO DESVIADO POR YOUSSEF

A força-tarefa investiga se bancos estrangeiros ajudaram a quadrilha do doleiro a enviar milhões de reais para o exterior via empresas offshore



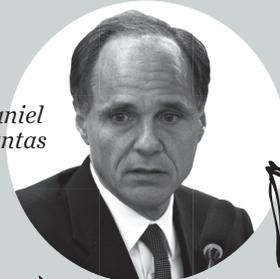
Alberto Youssef

Preso pela Polícia Federal, João Procópio Almeida Prado era o responsável por abrir empresas *offshore* no exterior para o grupo liderado por Alberto Youssef. Em sua posse os investigadores encontraram documentos sobre transações

financeiras em diversos paraísos fiscais espalhados pelo mundo. Cerca de 78 milhões de reais foram mapeados. Seu concunhado, João Auler, vice-presidente da Camargo Corrêa, está preso em Curitiba.



João Procópio



Daniel Dantas



Miguel Jurno Neto



A empresa, segundo a PF, é o braço brasileiro do banco suíço PKB e estaria atuando de maneira ilegal no País. Em busca realizada em sua sede foram apreendidos diversos documentos que comprovam as transações financeiras de João Procópio.



O banco suíço sediava as contas das principais firmas offshore utilizadas pelo grupo de Youssef. A PF apreendeu diversos extratos do banco com João Procópio e José Luiz Pires.



A PF investiga se Antonio Vieira e João Procópio enviaram dinheiro ao exterior com a ajuda do banco. Em sua sede foram apreendidos comprovantes e documentos de empresas offshore.



José Dirceu



Antonio Vieira

Alvo da Operação Satiagraha, pela sua relação com o banqueiro Daniel Dantas, Jurno Neto é um doleiro conhecido das autoridades brasileiras. Em busca no Carregosa, a PF descobriu que ele mantinha uma mesa na instituição e não era um simples cliente do banco.



Seu País

parceria entre Almeida Prado e Youssef, segundo a PF, começou ainda em 2009, após Rafael Ângulo, antigo responsável pelas empresas do doleiro no exterior, ter sido preso durante a Operação Curaçao.

Diz o Ministério Público sobre Almeida Prado, atualmente preso no Paraná: “Sobretudo em razão de sua longa experiência no setor bancário e na área de câmbio, a função de João Procópio era, em síntese, ser o operador das contas de Youssef, sobretudo no exterior. Assim, era sua incumbência abrir as contas de empresas *offshore* no exterior, em seu próprio nome ou em nome de laranjas, bem como movimentá-las no interesse da organização criminoso”. Entre as *offshore* criadas e mapeadas pela Justiça estão a Santa Tereza Services, a Santa Clara Private Equity, Thingrass Services, Elba LLC, Aquila Worldwide, Savoy Trading, Elite Day, Theta LLC, DGX e RFY. Até o momento, Almeida Prado é acusado de enviar ao menos 78 milhões de dólares para o exterior por meio de 1.114 contratos fraudulentos intermediados por essas empresas.

Além da capacidade de criar empresas no exterior, chama a atenção das autoridades as relações de Almeida Prado com bancos e agentes do setor financeiro. No caso da GDF Investimentos, na qual mantinha uma mesa de trabalho, grande parte das informações relacionadas a movimentações financeiras foi investigada e deu origem às prisões de empreiteiros e indivíduos ligados às falcaturas na Petrobras. Mas as relações de Almeida Prado extrapolam os limites da empresa e alcançam um grupo ainda maior e mais poderoso. Na mesma busca na sede da GDF, a PF amealhou uma série de documentos cujo conteúdo demonstra a estreita relação do funcionário de Youssef com dois bancos internacionais. O suíço PKB e o português Carregosa. As bancas seriam o canal financeiro pelo qual o dinheiro do esquema criminoso

era escoado para o exterior com destino a contas de agentes públicos e, também, para encher os bolsos de empresários.

A descoberta levou os investigadores a realizar uma busca e apreensão na sede da Queluz Investimentos, em especial nas mesas de José Luiz Pires e de Leticia Beukhe. Anota o Ministério Público sobre a empresa: “Assim, observa-se que, sob a razão social da Queluz, tem-se um braço do banco PKB atuando de forma irregular no território brasileiro, notadamente na prática de crimes contra o sistema financeiro, com a clara atuação, ao menos já individualizada, da pessoa de José Luiz Pires, na abertura de contas correntes de brasileiros no exterior. Notadamente aqui contas utilizadas pelo doleiro Alberto Youssef, que, conforme evidenciado, algumas são controladas por João Procópio”.

Durante a busca no número 745 da Alameda Santos, os policiais encontraram uma ampla documentação sobre as *offshore* operadas por Almeida Prado. No entendimento da força-tarefa, o escritório funcionava como entreposto do

PKB no Brasil responsável por amparar as movimentações financeiras fraudulentas com o paraíso fiscal europeu. Uma anotação, em especial, chamou a atenção dos policiais. Encontrado em um caderno de Pires, o desenho aponta para o modelo de desvio de recursos de fundos de pensão por meio de aportes financeiros oriundos de empresas *offshore* utilizadas pelo grupo criminoso. A anotação teria sido produzida após uma reunião no escritório de Youssef, uma vez que o título do documento é o endereço do doleiro. De posse dessas provas materiais, os investigadores pretendem mapear as operações dessas empresas para saber quais fundos e quantos municípios e estados foram vítimas da quadrilha.

Outro alvo de buscas foi a sede do Carregosa, banco português com mais de cem anos de história. A força-tarefa foi levada até lá por causa da relação de José Luiz Pires, da Queluz, com Antonio Manuel de Carvalho Baptista Vieira. Até 2012, Baptista Vieira figurou como um dos principais acionistas do banco. Antes disso foi citado na CPI do Correios por sua atividade na Bolsa de Valores. Em janeiro de 1992, figurou num caso conhecido como operação “zé com zé”, ou manipulação de mercado, envolvendo o Banco do Estado do Rio de Janeiro. Em 28 de janeiro daquele ano, às 9h35, a Banerj DTVM vendeu mil contratos futuros de Índice Ibovespa à DC Corretora. Menos de duas horas depois, exatamente às 11h20, a DC repassou metade deles a Baptista Vieira, que, no minuto seguinte, às 11h21, vendeu-os novamente ao Banerj. A Comissão de Valores Mobiliários concluiu que o executivo lucrou 2,5 milhões de cruzeiros nesses 60 segundos.

Além de uma ampla documentação sobre as movimentações financeira entre Almeida Prado, Pires e Baptista Vieira, os policiais descobriram que a sede do Carregosa, localizada no número 888 da Rua Hungria, nos Jardins, também era

O desafio dos investigadores é mapear o destino do dinheiro



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Paraná
FORÇA TAREFA

www.prpr.mpf.gov.br

Não bastasse, JOÃO PROCÓPIO era o responsável por **movimentar as contas destas empresas no exterior**. Não à toa, já houve a apreensão de milhões de dólares na Suíça, que estavam vinculados a empresas constituídas por ele. Não bastasse, documento apreendido aponta intensas movimentações na conta da *offshore* SANTA TEREZA no período de 08/10/2012 a 04/03/2013, com diversas operações em valores iguais ou superiores a USD 1.000.000,00 cada.

Ademais, apreendeu-se no Banco Carregosa uma pasta suspensa cinza intitulada “Mutuo Santa Tereza” com documentos diversos, em que se verificou a realização de dois contratos de mútuo – claramente simulados – no valor de mais de **três milhões de dólares**. Estes contratos visaram apenas simular a transferência internacional de valores, movimentando e ocultando os valores provenientes dos crimes antecedentes. Isto é reforçado pelo fato de que ANTONIO VIEIRA, responsável pelo Banco Carregosa, era bastante próximo a doleiro conhecido de São Paulo, MIGUEL JURNO NETO.

De início, a **atuação intensa** de JOÃO PROCÓPIO na organização criminosa, agora descortinada, é sintomática de que sua prisão é **necessária para a garantia da ordem pública**. Isto porque possuía atuação ativa em seu bojo, sendo pessoa de **extrema confiança** de ALBERTO YOUSSEF.

V. DO ENCONTRO FORTUITO DE PROVA

Oportuno trazer ao conhecimento desse MM. Juízo que, ao executar o mandado de busca no escritório de representação do Banco Carregosa, a equipe de investigação deparou-se fortuitamente com diversos documentos que demonstram não apenas que ali funcionava verdadeira instituição financeira, atuando como corretora de câmbio e da bolsa de valores e abrindo contas pra clientes, a despeito da inexistência de autorização do Banco Central para tanto¹, mas principalmente

Também se verificou um estreito vínculo entre ANTONIO MANUEL DE CARVALHO BAPTISTA VIEIRA e MIGUEL JURNO NETO, doleiro com atuação em São Paulo investigado no bojo da investigação intitulada “Operação Satiagraha”.

utilizada por Miguel Jurno Neto, doleiro com atuação em São Paulo investigado na Operação Satiagraha. Diz o relatório de análise do material apreendido no banco português (*sic*): “De fato, diligência no local revelou que Miguel Jurno Neto possuía relações que ultrapassavam a mera posição de cliente. Demais disso foram arrecadadas pastas em nome de uma *offshore* intitulada May Flower de propriedade dele havendo diversos comprovantes de transações entre a referida firma e outras *offshore* associadas a Baptista Vieira”.

Ao longo da rumorosa Operação Satiagraha, cujo alvo era o banqueiro Daniel Dantas, a PF descobriu que Jurno Neto integrava o time de doleiros sob o comando do investidor Naji Nahas. Ao seu lado trabalhavam outros doleiros como Lúcio Bolonha Funaro, delator no inquérito do chamado “mensalão”, e Ernest Matalon, considerado um dos maiores doleiros da história do País.

No caso da Lava Jato, com base na documentação apreendida, os investigadores vão apurar se a estrutura financeira utilizada por Almeida Prado foi usada por Dantas ou pelo grupo empresarial a ele ligado. “Sabe-se, por outro lado, que os doleiros atuam numa verdadeira rede de contatos e de troca de posições, apoiando um ao outro financeiramente, seja em território nacional, seja em internacional. Assim, é importante que se investiguem mais a fundo tais possíveis fatos delituosos”, apontou a PF em seu relatório ao indicar uma nova frente de investigação contra Jurno.

O objetivo dessa nova investigação, além de apurar o uso do banco para lavagem de dinheiro, seria descobrir uma possível relação entre o esquema

Paraísos. Documentos indicam contas abertas na China, Hong Kong, Suíça, Reino Unido e Panamá

Seu País

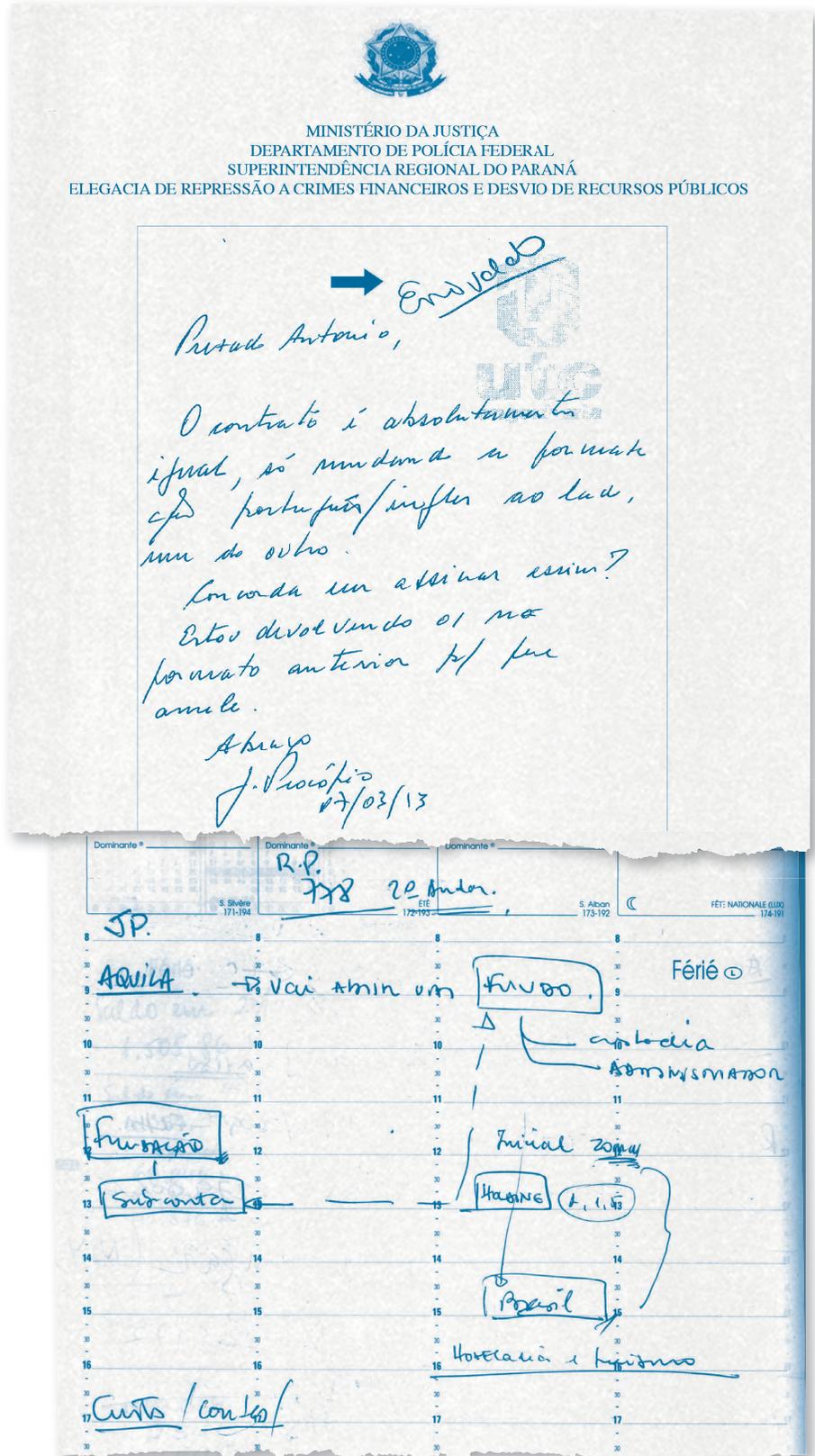
Bilhetes. No Carregosa, PF encontrou papel com o nome de Enivaldo Quadrado. Na Queluz, anotação descreve estrutura de desvio de dinheiro de fundos de pensão

de Youssef e o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Defensor dos interesses de Dantas, Dirceu sempre manteve uma relação próxima com investidores e empresários portugueses.

Na sede do Carregosa, a PF encontrou um bilhete enviado por Almeida Prado a Baptista Vieira, no qual eles tratam de assunto relacionado a Enivaldo Quadrado, condenado no caso do “mensalão” do PT. “Primeiramente, note-se que ele foi escrito sobre um papel timbrado em nome das UTC Engenharia, construtora que presta diversos serviços de engenharia envolvida na presente investigação. Segundo, sobreleva registrar que, na parte superior do bilhete, está escrita a palavra Enivaldo, numa provável referência ao também investigado Enivaldo Quadrado”, afirma a PF sobre o documento.

Sobre sua relação com Almeida Prado e os documentos apreendidos em sua sede pela PF, a Queluz informou não possuir qualquer tipo de relação com o funcionário de Youssef, bem como com Baptista Vieira ou Jurno Neto. Sobre Pires, informou tratar-se de um agente autônomo de investimento com o qual não mantém qualquer tipo de vínculo empregatício. “A Queluz não teve participação alguma na abertura de qualquer empresa *offshore* de João Procópio e desconhece qualquer elemento dos autos de investigação que a relacione direta ou indiretamente às atividades dele.” Sobre o fato de representar o PKB no Brasil, a Queluz informou que o banco suíço é apenas um acionista minoritário, sem função executiva ou diretiva.

O Banco Carregosa, por meio de sua diretora de comunicação, Dalila Carvalho,





O juiz Moro quer o apoio do Ministério da Justiça na busca das informações no exterior

informou ser “totalmente alheio à operação denominada Lava Jato, não desenvolvendo, nem tendo nunca desenvolvido, qualquer atividade bancária no Brasil”. De acordo com Dalila, a relação do Carregosa e Baptista Vieira deu-se em uma sociedade comercial constituída, mas que nunca chegou a entrar em funcionamento no País. “O Banco Carregosa apenas constituiu uma sociedade, não tendo sequer sido integralizado o capital subscrito e que se encontra dissolvida.”

A pedido de Moro, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça deu início às buscas do dinheiro enviado ao exterior. O juiz foi informado recentemente sobre o contato com autoridades do Panamá, Cingapura, Reino Unido, Suíça e Hong Kong. Em um primeiro momento, o objetivo do juiz é interrogar cidadãos ligados a Almeida Prado, de modo a confrontá-los com as informações colhidas pela força-tarefa da Lava Jato. Em seguida, a meta será seguir cada rastro deixado pelas movimentações financeiras. Se os caras advogados dos réus não conseguirem paralisar a busca da força-tarefa, o resultado pode ser o desmantelamento de um sistema financeiro paralelo de proporção nunca vista. •

JONATHAN CAMPOS/AGÊNCIA DE NOTÍCIAS/GAZETA DO POVO/ESTADÃO CONTEÚDO

CERVERÓ NA CADEIA

Pivô do caso da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, Nestor Cerveró, ex-diretor internacional da Petrobras, foi detido pela Polícia Federal na madrugada da quarta-feira 14. Segundo a Justiça, há indícios de que Cerveró ainda esteja envolvido em práticas criminosas.

Os procuradores afirmam ter identificado depósitos de 500 mil reais do ex-diretor para a conta de uma filha, além da transferência de três imóveis a familiares com valores “nitidamente subfaturados”. A Justiça Federal determinou à PF a abertura de uma nova investigação contra o ex-diretor com o objetivo de rastrear suas movimentações financeiras nos últimos meses.

Cerveró e o lobista Fernando Baiano, operador do PMDB no esquema investigado pela Lava Jato, são réus em Curitiba por corrupção

passiva e lavagem de dinheiro. Eles foram acusados, em acordo de delação premiada dos executivos da Toyo Setal Julio Camargo e Augusto Ribeiro, de terem recebido 30 milhões de dólares em propina. Os valores teriam sido repassados ao PMDB, que recebia de 1% a 3% sobre o valor dos contratos com a estatal.

Segundo seu advogado, Beno Brandão, Cerveró disse em depoimento à PF ter feito um resgate de 400 mil reais de uma previdência privada por estar em “dificuldades financeiras”. Seu outro advogado, Edson Ribeiro, sugeriu que o valor seria repassado a uma filha do ex-diretor para o tratamento de uma doença. Sobre os três imóveis transferidos, Cerveró argumentou, diz sua defesa, que as propriedades estão declaradas no Imposto de Renda e as movimentações foram legais.



Segundo o MP, o ex-diretor da Petrobras tentava esconder seu patrimônio

